

UM ESTUDO SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS FOTOGRÁFICOS EM ARQUIVOS, BIBLIOTECAS E MUSEUS

Ana Cristina de Albuquerque*
João Batista de Moraes**

RESUMO

Iniciamos como projeto investigativo um estudo conceitual do termo classificação, partindo da problemática que, apesar do número significativo de trabalhos e discussões apresentadas à área da Ciência da Informação sobre o tratamento do documento fotográfico em unidades de informação, este ainda enfrenta desafios pelos profissionais que atuam junto a bibliotecas, arquivos e museus e questionamentos que, se devidamente levantados, poderão contribuir para melhorar e elucidar dúvidas tanto como estabelecer um maior aprofundamento na questão técnica e intelectual desse documento. Para tanto, propomos um estudo teórico e conceitual da Teoria da Classificação, desde seu sentido filosófico até as classificações bibliográficas a fim de analisar como é feita a classificação de documentos fotográficos no acervo do arquivo, museu e biblioteca escolhidos para a pesquisa e constatar a eficácia e importância da prática da classificação, atividade que é das mais importantes pelos profissionais ligados à Ciência da Informação, no tratamento de um acervo.

Palavras-chave: Classificação Filosófica. Classificação Bibliográfica. Documento Fotográfico. Classificação de Documentos Fotográficos.

1 A PROBLEMÁTICA DA CLASSIFICAÇÃO NO TRATAMENTO DE DOCUMENTOS FOTOGRÁFICOS

Acumular e guardar tesouros para oferecer ao olhar, mesmo que sua função útil seja uma questão que fique em segundo plano, é uma prática que atravessa séculos.

Possuir e preservar aquilo que se deseja, que se valoriza e se acredita que não deve ser esquecido descobre sentido no ato de colecionar (MARQUES; SILVEIRA, 2005) e, com o ato de selecionar objetos, estabelece-se também um significado em relação a eles. Esses objetos, coletados e diferenciados trazem a possibilidade de formar uma classificação das coisas, que, por sua vez, deve ser explicada e entendida de acordo com seu contexto histórico. Mas, não são apenas as coleções materiais que emergem

*Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP, Marília SP. Professora Assistente do Curso de Graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal de Mato Grosso, UFMT. E-mail: albuaniati@yahoo.com.br

**Professor Assistente Doutor do Departamento de Ciência da Informação da Faculdade de Filosofia e Ciências – UNESP, Marília SP. Professor da Pós-Graduação em Ciência da Informação – UNESP, Marília SP. E-mail: joaobatista@flash.tv.br

para o reconhecimento de diferentes objetos que permeiam o mundo em que vivemos. Para entender esse mundo, o homem colecionou também “os modos de conhecimento e as cosmologias que elaborava na forma de mitos” (MENEGAT, 2005, p.05.). Lévi-Strauss (1976), diz que colecionando fatos e narrativas e passando adiante o homem constrói um determinado modo de pensar o mundo, assim como as coisas que o constituem.

Colecionar o mundo, através de objetos materiais ou não, é representá-lo incidindo valores e sentidos. Dentro desse ato, o homem tentou dar desde sempre às suas coleções uma ordem para representar seu pensamento ou desejo, o que contribuiu para o desenvolvimento e determinação de classificações do conhecimento.

Pomian (2004) chama a atenção para as condições que, logicamente um conjunto de objetos tem de apresentar para ser considerado uma coleção, sendo que tais condições (acumulação de objetos, tesouros escondidos, coleções formadas ao acaso), podem ser satisfeitas por museus, bibliotecas e arquivos, respeitando, em cada uma, sua organização, origem e a função que é dada aos documentos.

Essas instituições que começaram juntas em seus acervos têm características que são comuns até hoje como o fato de preservar a memória coletiva, atividade que envolve muito mais do que apenas manter e proteger essa memória.

Todo esse trabalho se define na organização e tratamento de seus acervos. Coletar, organizar, identificar, catalogar e classificar qualquer tipo de suporte são atividades que norteiam a montagem de um acervo e fazem dessas instituições lugares onde ficam depositadas coleções que fazem parte da história de diferentes culturas.

Percebe-se, nesse caso, que o tratamento de acervos nasce juntamente com o desenvolvimento das ciências e com a necessidade de dar a uma determinada coleção, dentro de um ambiente próprio, o acesso às suas informações. As atividades que são executadas nessas instituições vêm da capacidade de colecionar e estão ligadas a todo desenvolvimento das classificações do conhecimento, dos seres e dos saberes, ou seja, antes das práticas legitimadas pelas instituições está a coleção (LARA FILHO, 2006).

E, em cada uma das coleções armazenadas por uma instituição para compor seu acervo, há a forma como foi organizada e classificada ao longo de sua história, mantendo uma relação tanto com seu dono como com sua época. Nesse sentido Vickery (1980), escreve baseado na opinião de teóricos como Lund e Taube que os sistemas de classificação não podem ser permanentes, com formas e sentidos definidos porque a História:

[...] apresenta uma série de épocas culturais. Cada uma corresponde a um curto período de anos nos quais o conhecimento apresenta uma estrutura mais ou menos unificada que pode ser expressa numa classificação, mas cada nova época exige uma nova classificação. (VICKERY, 1980, p. 187).

Portanto, definindo o termo classificação, este se caracteriza pelo processo de agrupar e dividir o conhecimento por suas semelhanças, dispor as informações de modo que suas relações de analogia se sobressaiam, para que as ciências, o saber ou documentos possam ser apreendidos de forma precisa. “Classificar, na acepção mais simples do termo, é reunir coisas ou idéias que sejam semelhantes entre si, e separar as que apresentam diferenças” (VICKERY, 1980, p. 23).

Aristóteles teve grande contribuição na organização intelectual do conhecimento. Por quase dois mil anos o que se conhecia e se utilizava de classificação do conhecimento vem principalmente do modelo que estabeleceu que, de acordo com Vickery (1980), permaneceu com a estrutura básica até quase o fim do século XVII. Burke (2003, p. 90) escreve que:

Aristóteles expusera um sistema de 10 categorias gerais (substância, quantidade, qualidade, relação, lugar, tempo, posição, condição, ação e paixão). Essas categorias eram largamente conhecidas e utilizadas (de fato ainda as utilizamos hoje, mesmo que não mais a consideremos um sistema fechado).

A classificação se estabeleceu com a fundamentação de teorias filosóficas e científicas que deram base ao seu desenvolvimento. As categoriasⁱ, exemplos realistas de descrição de qualquer experiência, são um primeiro estágio para que a classificação das ciências e do saber se desenvolva e se concretizeⁱⁱ.

Nos séculos XVII e XVIII, uma reclassificação do saber por conta das universidades fazia com que todo o mecanismo do conhecimento também se reorganizasse, refletindo a conjuntura nas instituições ligadas ao saber (BURKE, 2003).

De acordo com o autor:

Nas bibliotecas também houve uma reclassificação, em parte como resultado de mudanças na organização das universidades, mas também como resultado da multiplicação de livros que se seguiu à invenção da imprensa, um fluxo que chegou a alarmar estudiosos. (BURKE, 2003, p. 97).

Esse fluxo fez com que filósofos e estudiosos pensassem em um sistema de classificação para que os livros fossem encontrados e organizados da melhor maneira. As decisões pragmáticas que tinham de ser tomadas na organização de bibliotecas

implicava na técnica e na sabedoria dos estudiosos, “seriam necessários filósofos-bibliotecários ou bibliotecários-filósofos, combinando os talentos de John Dewey, o filósofo pragmático, com os de Melvil Dewey, criador do famoso sistema decimal de classificação” (BURKE, 2003, p.98).

O fato é que nos séculos XVII e XVIII aconteceram muitas mudanças na concepção do que era o conhecimento. Este passou de seu caráter teórico para se tornar útil, o que foi novidade na época. Isso se reflete na organização das unidades que armazenavam o conhecimento, bibliotecas, arquivos e museus, que, pela primeira vez se vêem norteados por uma especificidade funcional, desvinculando-se da classificação dos saberes. Essa quebra da teoria para a prática vai alavancar um grande interesse e a criação de uma “ciência da classificação”, surgindo, as classificações bibliográficas, estas baseadas nas classificações filosóficas, a partir do século XIX (LARA FILHO, 2006). Segundo Pombo (2002, p.03):

O objecto de análise é então o conceito de classificação na sua idealidade e abstracção máxima; o objectivo, a constituição de uma teoria da classificação que estude a totalidade dos possíveis sistemas de classificação e determine os meios da sua realização. Domínio que, interessando directamente aos classificacionistas, solicita de novo a colaboração dos filósofos.

A classificação passa a ter uma nova função: a de organizar no sentido prático, e se divide das classificações filosóficas. Svenonius (apud ARAÚJO, 2006), propõe uma separação entre as classificações dos filósofos, enciclopedistas e epistemólogos, que são mais voltados à classificação do conhecimento, da preocupação com a organização de documentos, assim como sua disposição física e recuperação.

Assim, se desenvolve o estudo do termo e da prática classificatória que encontra reduto e discussões consistentes dentro do campo da biblioteconomia, mas também no tocante à museologia e arquivologia, mesmo que em menor proporção, encontramos discussões a respeito.

Na museologia, Otlet (LARA FILHO, 2006) identifica muitas semelhanças entre uma biblioteca e um museu, que se caracterizam por seus acervos e práticas e defende uma classificação das peças seguindo critérios diversos como cronológicos, geográficos ou outros, que vão depender das características ou propósitos que tem o museu.

Já na arquivologia encontram-se discussões a respeito das classificações em autores como Heredia Herrera (1991), Schellenberg (2004) e Duchain (1969). No

entanto, uma teoria da classificação em arquivística, como indica Sousa (2006, p.122), demorou para ser instituída. Segundo o autor: “O reconhecimento da importância dos princípios fundamentais da classificação dos arquivos nem sempre se consolidou em uma prática”.

Diante desse panorama do surgimento das classificações, podemos nos questionar como é tratada hoje e qual o seu estado atual.

A classificação nas unidades de informação, como escreveu Vichery (1980), mudou de acordo com sua época? Foram abertas discussões para novos suportes informacionais como a fotografia? Adaptaram-se ou criaram-se novas regras? Esses são alguns dos questionamentos da pesquisa em relação à teoria da classificação em bibliotecas, arquivos e museus e mais especificamente no tratamento de coleções e acervos de documentos fotográficos.

O novo suporte traz para as instituições como museus, arquivos e bibliotecas não só as coleções fotográficas documentais, as que vão provar algo ou atestar fatos, mas também as que vão reproduzir obras de arte, construções arquitetônicas, álbuns de família, permitindo assim transcender os limites da representação e dar uma nova percepção aos objetos que podem ser armazenados por unidades de informação (GROSSMANN, 2005).

O trabalho com documentos fotográficos suscita dúvidas e adaptações que exigem dos profissionais empenho e uma busca pelo melhor caminho a seguir. A “transcodificação” da fotografia (SMIT, 1987), ou seja, a passagem de uma linguagem para outra, exige a verbalização do documento fotográfico, assim, damos início ao tratamento desta para que tenha um sentido, para que seja traduzida e, dentro de uma unidade informacional, possa ser útil com suas informações aos usuários.

O documento fotográfico, em uma unidade de informação, através do processo técnico e podemos nos arriscar a falar da aplicação de uma leitura de seus elementos, torna-se visível de forma verbal, diferente da visibilidade em sua forma original, e é essa troca de linguagem que tentamos entender no âmbito de sua classificação, técnica que permite ao documento passar posteriormente às fases que completam seu tratamento. De acordo com Mendes (2004, p. 14):

A organização documental e as estratégias de interpretação e classificação permitem antever como diversos segmentos sociais delineiam olhares das histórias do futuro. Nesse quadro são ações decisivas as formas pelas quais se disponibiliza o acesso a certos

conjuntos documentais ou as prioridades dadas para tratamento e pesquisa.

Todas as normas vigentes em bibliotecas, arquivos e museus podem englobar objetos tão singulares como os documentos fotográficos e, estas três instituições têm semelhanças entre si. Na presente pesquisa, procuraremos enfatizar a existência de princípios próprios, específicos a cada área, devido à função da instituição, sua relação com a sociedade e com o suporte informacional, mas também os princípios onde as três se aproximam.

Desse modo, a informação sofrerá uma intervenção diferente em cada tipo de instituição, por parte do profissional específico, para que possa ser acessada pelo usuário. Cada tipo de acervo traz consigo problemas genéricos ao campo, e específicos a cada uma das três áreas a que se filia. E é nesse contexto que está inserida a problemática da classificação em relação ao documento fotográfico e o cerne de nossa pesquisa.

2 CONSIDERAÇÕES

Arquivos, bibliotecas e museus são centros de documentação com grandes semelhanças em sua estrutura funcional. Tendo em vista seus acervos, ambos trabalham com coleções, documentos, catálogos, conservação e classificação. Nas três instituições o documento fotográfico se faz presente trazendo suas peculiaridades referentes a seu suporte, origem, função e tratamento que, independente da instituição se aplica aos diversos domínios do saber.

Nesse sentido, a presente pesquisa pretende contribuir com discussões epistemológicas dentro da Ciência da Informação sobre uma das mais relevantes atividades desenvolvidas por unidades de informação: a classificação. Sendo pertinente, pela proposta de sistematizar a conceituação de classificação e a forma como é desenvolvida nas três instituições e, consequentemente, fornecer subsídios teóricos para a compreensão do ato de classificar o documento fotográfico nas diferentes áreas aqui propostas.

A bibliografia quase escassa e poucas reflexões sobre o tema impulsionam para um maior aprofundamento nas questões propostas, abrindo caminho para novas reflexões e contribuições para a atividade considerada de extrema importância para as três áreas.

A fotografia é um meio tecnológico de criação e reprodução de imagens em série. Pelo fato de ser determinada por essas condições materiais de produção, ela desenvolve consequentemente, sua própria linguagem expressiva. Isto é, forma e conteúdo se imbricam de maneira inseparável. Por esses motivos, a fotografia, por um lado, apresenta condições únicas que determinarão seu tratamento em unidades de informação. De maneira que, seja em um arquivo, em uma biblioteca ou em um museu ela sempre apresentará os mesmos traços constitutivos sendo diferentes as funções que serão dadas às suas informações nesses acervos (ALBUQUERQUE, 2006). Dependendo dessa função, sua classificação tem um papel essencial tanto para o profissional quanto para o usuário pesquisador.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Ana Cristina de. **Catalogação e descrição de documentos fotográficos: uma aproximação comparativa das normas AACR2 e ISAD (G)**. 197f. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2006.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Fundamentos teóricos da classificação. **Encontros Bibli**: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis, n.22, 2º semestre, 2006. p.117-140.

BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento**: de Gutenberg a Diderot. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

GROSSMANN, Martin. O museu de arte hoje. Fórum permanente: museus de arte entre o público e o privado. Disponível em: <www.forumpermanente.incubadora.fapesp.br/portal/painel/artigo/o_museu_hoje>. Acesso em 22 maio 2007.

HEREDIA HERRERA, Antonia. **Archivística general**: teoría y práctica. 5. ed. Sevilla: Diputación Provincial de Sevilla, 1991. 510p.

LARA FILHO, Museu: de espelho do mundo a espaço relacional. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Área de Concentração Cultura e Informação. Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, ECA USP, 2006, 139p.

LÉVI-STRAUSS. Claude. Totemismo hoje. São Paulo: Abril, 1976.

MENDES, Ricardo. O futuro do presente: acervos fotográficos diante do horizonte digital. **Anais do Museu Paulista**: história e cultura material. São Paulo, v.12, jan./dez., 2004, p. 11-21. MENEGAT, Rualdo. A epistemologia e o espírito do colecionismo. **Episteme**, Porto Alegre, n.20, p.05-12, jan./jun., 2005.

POMBO, Olga. **Da classificação dos seres à classificação dos saberes**. 2002. Disponível em : <www.educ.fc.ul.pt/hyper/resources/pombo-classifcacao.pdf>. Acesso em 25 maio 2007.

POMIAN, Krzysztof. Colecção. In: **Encyclopédia Einaudi**. Coord. Fernando Gil. Portugal: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2004. 457p. V.1.

SCHELLENBERG, T.R. **Arquivos modernos**: princípios e técnicas. 4.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.386p.

SMIT, Johanna W. A análise da imagem: um primeiro plano. In: **Análise documentária: a análise da síntese**. 2.ed. Johanna W. Smit (coord.). Brasília: IBICT, 1987. p.101-113.

SOUZA, Renato Tarciso Barbosa. Classificação de documentos arquivísticos: trajetória de um conceito. **Arquivística Net**, Rio de Janeiro, v.2, p.120-142, ago./dez. 2006. Disponível em <arquivisticanet.com.br>. Acesso em 22/05/2007.

VICKERY, Brian C. **Classificação e indexação nas ciências**. Tradução de M.C.G. Pirolla. Rio de Janeiro: BNG/Brasilart, 1980. 274p. (Coleção biblioteconomia, documentação, ciência da informação).

ⁱ “Em geral, qualquer noção que sirva como regra para investigação ou para sua expressão lingüística em qualquer campo. Historicamente o primeiro significado atribuído às categorias é realista: elas são consideradas determinações da realidade e, em segundo lugar, noções que servem para indagar e para compreender a própria realidade. Foi essa a concepção de Platão, que as chamou de gêneros supremos e enumerou cinco desses gêneros”. (ABBAGNANO, 2000, p.121).

ⁱⁱ “O ponto de partida tradicional para se construir uma classificação tem sido o “universo” do conhecimento, que se divide em classes convencionais principais. As “entidades” (seres concretos e conceituais) em cada classe principal têm muitos atributos, e alguns deles podem servir como características para a “divisão lógica” da classe principal em subclasses ou grupos. Os grupos assim derivados podem ser depois dispostos numa ordem útil. Cada grupo é em si um “universo” puro suscetível de divisão por uma outra característica. A divisão sucessiva por uma série de características resulta numa cadeia de classes.” (VICKHERY, 1980, p. 234).